

A INFLUÊNCIA DA APLICAÇÃO DOS MECANISMOS E INSTRUMENTOS DE AUDITORIA NOS RESULTADOS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO TECNOLÓGICO – CEFET-PB.

The Influence of The Application of Mechanisms and Instruments In Audit Results of Cooperative Credit an Institution of Federal Education Technology - CEFET-PB

Marcos Igor da Costa Santos

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis
UnB / UFRN / UFPB
E-mail: marcos.igor@ig.com.br

RESUMO: O contexto de concorrência que permeia o mundo das organizações vem exigindo mudanças em seus processos de trabalho administrativo, principalmente, em relação ao planejamento e controle das operações econômico-financeiras, de forma que os padrões de eficiência e eficácia garantam a sobrevivência organizacional. Nesse sentido, a auditoria tem sido apontada como uma estratégia que, associada ao avanço tecnológico, viabiliza o planejamento e o desenvolvimento de atividades contábeis de acordo com as necessidades do mercado. O presente estudo teve como objetivo geral verificar a influência da auditoria, por meio da aplicação dos mecanismos e instrumentos, nos resultados da cooperativa de crédito de uma Instituição Federal de Ensino Tecnológico – CEFET-PB; e, como objetivos específicos: relacionar os órgãos que auditam a cooperativa estudada; relacionar as áreas auditadas de acordo com os com os órgãos de fiscalização; verificar a frequência e periodicidade das auditorias; descrever os papéis exercidos pelos órgãos fiscalizadores nos resultados da cooperativa; verificar os instrumentos e mecanismos utilizados pela COOPERCRET; e identificar as razões e as vantagens para a utilização da auditoria interna e externa na cooperativa em estudo. Para tanto, a presente pesquisa correspondeu a um estudo de caso, uma vez que foi desenvolvida em uma cooperativa de crédito de uma Instituição Federal de Ensino Tecnológico – CEFET-PB. Quanto ao instrumento de coleta de dados, foi utilizado um formulário com questões abertas e fechadas que abordavam aspectos referentes ao processo de auditoria. Como resultados, foi possível verificar que os padrões de eficiência e eficácia das auditorias impostas a COOPERCRET permitem viabilizar e desenvolver as atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização, atuando no mercado e gerando benefícios para todos os que formam a cooperativa. Além disso, as exigências deste procedimento têm garantido a formação e capacitação dos seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade, tendo como filosofia a educação cooperativista e econômica dos seus associados, por meio da cooperação, da solidariedade humana, da confiança e da ajuda financeira mútuas, na economia sistemática e no uso adequado do crédito, procurando, ainda, por todos os meios, fomentar a expansão do cooperativismo.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria. Resultado. Cooperativa.

ABSTRACT: *The context of competition that permeates the world of organizations is demanding changes in their processes of administrative work, mainly on the planning and control of economic-financial operations, so that standards of efficiency and effectiveness to ensure organizational survival. Accordingly, the audit has been identified as a strategy that, combined with technological advances, enables the planning and development of accounting activities in accordance with market needs. This study aimed to determine the general influence of the audit, by the application of mechanisms and instruments, the results of a cooperative credit institution of Federal Education Technology - CEFET-PB, and as specific objectives: to link the bodies audit the cooperative study, linking the areas audited in accordance with the supervisory boards, to determine the prevalence and frequency of audits; describe the roles exercised by supervisory bodies on the results of the cooperative; check the instruments and mechanisms used by COOPERCRET and identify the reasons and advantages for the use of internal and external audit in the cooperative study. Thus, this research was a case study, since it was developed in a cooperative credit institution of Federal Education Technology - CEFET-PB. As the data collection instrument was used a form with open and closed questions that addressed issues relating to the audit process. As a result it was concluded that standards of efficiency and effectiveness of audits imposed on COOPERCRET to facilitate and develop the activities of consumption, production, credit, service and marketing, working in the market and generating benefits for all who make up the cooperative. Moreover, the requirements of this procedure are guaranteed the formation and training of its members to work and life in community, with the philosophy of education and economic cooperative of its members through cooperation and human solidarity, trust and help financial mutuals, the economy and the systematic use of appropriate credit, looking for, yet, by all means, encourage the expansion of cooperatives.*

KEY-WORDS: *Audit. Result. Cooperative.*

Recebido em 13/10/2008, aprovado em 05/02/2009, disponível em 21/02/2009.

Avaliado pelo sistema double blind review

Editor científico: Fátima de Souza Freire

1 Introdução

As organizações têm buscado estratégias que, associadas ao avanço tecnológico, viabilizem o planejamento e o desenvolvimento de atividades contábeis, de acordo com as necessidades do mercado. Essas estratégias tecnológicas têm facilitado o controle e a manutenção operacional das atividades das organizações, promovendo a otimização das organizações e o desenvolvimento de programas que auxiliem na solução de problemas que afetam diretamente o seu patrimônio e que estão relacionados a fraudes, corrupções, desvios de verbas, má utilização dos recursos financeiros, grande concentração de renda etc.

Para tanto, a auditoria surge como atividade de assessoramento administrativo, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das organizações, através do exame de documentos, livros e registros, obedecendo às normas apropriadas de procedimentos, objetivando verificar se as demonstrações contábeis representam a situação nela demonstradas.

A auditoria como técnica contábil tem sido aplicada para garantir a maximização e qualidade dos resultados organizacionais, especialmente, nos procedimentos administrativos, por meio da transparência e exatidão das demonstrações econômico-financeiras e de um fluxo de informações constantes e de rápidos resultados, os quais minimizam ou até mesmo, em alguns casos, extinguem possíveis dolos que aterrorizam as atividades da organização.

Considerando que a auditoria, fazendo uso dos seus mecanismos e instrumentos, busca exercer um acompanhamento e controle das atividades administrativas de uma organização, o presente estudo busca responder a seguinte problemática: De que forma a auditoria, mediante seus mecanismos e instrumentos, interfere nos resultados da COOPERCRET, Cooperativa de crédito do CEFET-PB?

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral verificar a influência da auditoria, por intermédio da aplicação dos mecanismos e instrumentos, nos resultados da cooperativa de crédito de uma Instituição Federal de Ensino Tecnológico – CEFET-PB; e, como objetivos específicos: arrolar os órgãos que auditam a cooperativa estudada; relacionar as áreas auditadas de acordo com os com os órgãos de fiscalização; verificar a frequência e periodicidade das auditorias; descrever os papéis exercidos pelos órgãos fiscalizadores nos resultados da cooperativa; verificar os instrumentos e mecanismos utilizados pela COOPERCRET e; e identificar as razões e as vantagens para a utilização da auditoria interna e externa na cooperativa em estudo.

2 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo, quanto aos fins, apresentou características que correspondem a uma pesquisa explicativa, que, segundo Vergara (2003), tem como principal objetivo tornar algo inteligível justificando os motivos. Pode ser ainda, caracterizado como uma pesquisa documental, uma vez que, segundo esta mesma autora, foi realizada a partir de documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: balancetes, informações em disquetes, comunicações informais entre outros.

Quanto aos procedimentos técnicos, este trabalho foi caracterizado como estudo de caso, pois, de acordo com Gil (2002), envolve um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

O campo empírico foi a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – COOPERCRET Ltda., constituída em Maio de 1997 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com despacho do processo nº 9700741366 em 31/10/97 e publicado no D.O.U., em 04/11/97.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, foram utilizados os documentos da cooperativa e um formulário para entrevistar os colaboradores internos da Cooperativa, composto por questões objetivas e subjetivas, que permitiram ponderar facilmente sobre o que está sendo questionado; as respostas foram de livre deliberação, sem limitações e com linguagem própria. Com as respostas, pode-se detectar melhor a atitude e as opiniões do pesquisado (FACHIN, 2006).

Foi possível também o uso da observação direta que ocorreu durante o processo de coleta dos dados, e que, para Marconi e Lakatos (2001, p.79), tem o propósito de “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”.

Universo ou população é definido por Richardson (1999, p.158) como um “conjunto de elementos que possuem determinadas características”. Assim, neste estudo, o universo da pesquisa correspondeu a todos os colaboradores efetivos da cooperativa. E, como amostra foram considerados 04 colaboradores, assim distribuídos: Presidente, Diretora Financeira Contadora e *Controller*.

Os dados coletados foram analisados através da abordagem qualitativa, uma vez que se buscou um aprofundamento da compreensão da organização e, para isso, foram registradas as informações contidas nos documentos analisados, tais como os valores e os fundamentos expressos nos documentos da organização, como também as respostas dos entrevistados mediante a entrevista.

3 Referencial Teórico

De acordo com Almeida (2003), antigamente as empresas eram fechadas e pertenciam a grupos familiares. Com a evolução do capitalismo e expansão do mercado e o acirramento da concorrência, as empresas tiveram que investir em tecnologia e aprimorar os controles e procedimentos internos, com o interesse de reduzir custo e tornar a empresa mais competitiva. A evolução da auditoria, no Brasil, está relacionada com o aparecimento das empresas internacionais de auditoria independente, que se instalaram em nosso país.

No que concerne às principais influências que contribuíram para o desenvolvimento da auditoria no Brasil destacam-se: filiais e subsidiárias de firmas estrangeiras; financiamento de empresas brasileiras por intermédio de entidades internacionais; crescimento das empresas brasileiras e necessidade de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas; evolução do mercado de capitais; criação das normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972; criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades Anônimas em 1976 (ATTIE, 1998).

3.1 Aspectos Conceituais de Auditoria

De acordo com Franco e Marra (2000), a auditoria compreende o exame de documentos, livros, e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.

Franco e Marra (2000, p. 26) afirmam, ainda, que:

a auditoria é uma técnica contábil que – através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionados como controle do patrimônio da entidade - objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais e norma da contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômica - financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

Para Attie (2009), a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado. Já, Perez Junior (1998), vai mais além quando afirma que a auditoria pode ser definida como o levantamento, o estudo e avaliação sistemática de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações contábeis de uma entidade, com o objetivo de fornecer aos seus usuários uma opinião imparcial e fundamentada em normas e princípios sobre a sua adequação.

Destacam Oliveira e Diniz Filho (2001) que a auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

Para Jund (2001) e Oliveira e Diniz Filho (2001), as vantagens e benefícios que a auditoria traz para as empresas, pode ser dividida em vários aspectos: para a administração, para os investidores, para o Fisco, para sociedade, e para as empresas. Panegalli (2006) e Perez Junior (1998) ressaltam ainda outros benefícios da auditoria que estão relacionados com a eliminação

de desperdícios de recursos, a otimização dos resultados e as recomendações sobre possíveis melhorias e ações que devem ser tomadas.

3.2 Tipos De Auditoria

De acordo com Jund (2001) e Oliveira e Diniz Filho (2001), o surgimento da auditoria interna ocorreu devido ao crescente tamanho das organizações; à diversificação e complexidade das atividades empresariais; à necessidade de delegar funções e atribuições; e à incompetência e/ou desonestidade de alguns integrantes do quadro de funcionários.

E, conforme Magalhães, Lunkes e Muller (2001) e Perez Junior (1998), a auditoria externa ou independente teve sua origem a partir de 1972, com o Instituto de Auditores Independentes do Brasil, que hoje tem nova denominação, o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON).

Já, Almeida (2003) e Attie (2009), consideram que a auditoria externa ou independente surgiu como parte da evolução do sistema capitalista. No início, as empresas eram fechadas e pertenciam a grupos familiares e, com a expansão do sistema capitalista e o acirramento da concorrência, houve a necessidade de a empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, visando à redução de custos.

Segundo Franco e Marra (2000), a auditoria interna é aquela exercida por funcionário da própria empresa. Mesmo tendo vínculo com a empresa, o auditor interno deve procurar exercer sua função com absoluta independência profissional e com obediência às normas de auditoria geralmente aceitas.

Mello (2002) explica que a auditoria interna é uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, destinada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, assim como da qualidade do desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos para as mesmas. Em sua definição, Mello (2002) destaca os termos “eficiência” e “eficácia”, que, respectivamente, correspondem aos resultados atingidos por uma organização com menor custo, maior velocidade, melhor qualidade; e ao grau em que uma organização atinge os objetivos de sua política.

Verifica-se que em todas as definições de auditoria interna, apresentadas pelos autores neste tópico abordado, um aspecto comum evidenciado se refere ao objetivo de examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras, operacionais da organização.

Conforme apontado por Attie (2009), o Conselho Federal de Contabilidade, em seu pronunciamento NBC – T – 12, define que as atividades da auditoria das demonstrações contábeis constituem o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

De acordo com Magalhães, Lunkes e Muller (2001), a auditoria externa possui elementos que permitem formar uma opinião sobre o registro das transações durante uma gestão, e se os documentos originários refletem a situação econômico-financeira, os resultados econômicos e a continuidade da gestão.

Para Perez Junior (1998), a auditoria, independente das demonstrações contábeis, constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de um parecer sobre a adequação com que estas representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada, consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação específica no que for pertinente.

Para Mello (2006), o auditor interno apresenta características específicas e que o diferenciam daqueles que executam a auditoria externa. Entre essas características, podem-se destacar as seguintes: o auditor interno é empregado da empresa auditada e, dessa forma possui menor grau de independência; quanto às suas atividades, ele executa auditorias contábeis, operacionais, de gestão, de qualidade, de processos, de produtos e outros.

Sá (2002) aponta que o objetivo da auditoria interna não é só observar como os controles internos funcionam, mas especialmente a qualidade dos registros e seguranças destes (especialmente nos sistemas informatizados, onde a entrada e a saída de dados podem criar problemas de confiabilidade).

De acordo com Almeida (2003), o principal objetivo da auditoria externa é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações e as origens e aplicações de recursos da empresa examinada. Este autor ainda afirma que, neste tipo de auditoria, o volume de testes é bem menor que o da auditoria interna, visto que, está interessada em erros que, individualmente, possam alterar de maneira substancial a informação das demonstrações contábeis.

De acordo com Magalhães, Lunkes e Muller (2001), a auditoria externa, além de ter as características anteriormente citadas, objetiva reprimir erros e fraudes, analisa e testa os sistemas de controle interno e contábil, buscando uma razoável fidedignidade das demonstrações financeiras.

3.3 Importância da Auditoria para as Organizações

Oliveira e Diniz Filho (2001) relatam que além de a empresa implantar um excelente sistema de controle interno, deve também ter alguém que verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema.

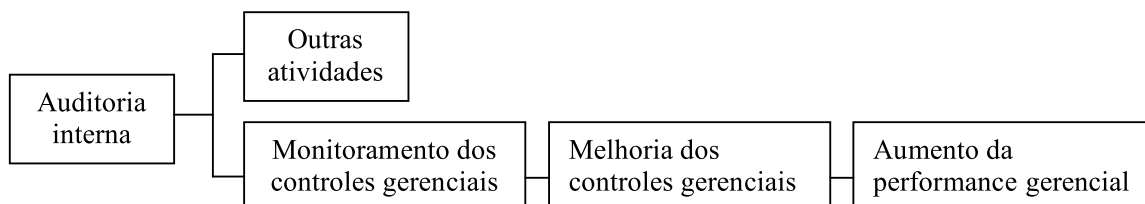


Figura 1: Como a auditoria interna afeta o desempenho gerencial
Fonte: Oliveira e Diniz Filho (2001).

Jund (2001) entende por controles internos todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitem prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio.

Conforme Almeida (2003), não adianta a organização implantar um ótimo sistema de controle interno sem que alguém verifique se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado, ou se deveria haver adaptação às novas circunstâncias, pois os objetivos da auditoria são: verificar se as normas internas estão sendo seguidas e avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificações das mesmas.

O controle interno de uma empresa é definido como um plano de organização e o conjunto de métodos e medidas adotados pela empresa para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e o grau de confiança de seus dados contábeis, bem como promover a eficiência opera-

cional. A grande relevância do controle interno é que precisa possuir qualidade, já que uma de suas funções é a de prevenção contra erros e fraudes (MIGLIAVACCA, 2004). Assim, infere-se que o controle interno fornece os meios necessários aos trabalhos próprios da Auditoria Interna, estabelecendo um regime próprio e diferenciado de complementaridade e interdependência, em que a Auditoria sucede o Controle, no aspecto estrutural das atividades desenvolvidas por ambos, que apresentam igual natureza, importância e finalidade.

3.4 O Funcionamento de uma Cooperativa e a Importância dos Instrumentos e Mecanismos da Auditoria

Segundo Valadares (2003) e Polonio (2004), o cooperativismo moderno surgiu como um instrumento de defesa, de reabilitação e de emancipação de trabalhadores, como reação às condições econômicas adversas, originadas da evolução do capitalismo. A maioria das cooperativas surgiu nos séculos XVIII e XIX.

Para Gawlak (2005), a cooperativa surgiu devido aos problemas causados pela Revolução Industrial, no século XIX, já que a mão-de-obra perdeu grande poder de troca e, diante desta crise, surgiram, entre a classe operária, lideranças que criaram associações de caráter assistencial, chamadas de cooperativas.

Conforme o sítio do SEBRAE (www.sebrae.com.br), cooperativa é uma associação autônoma constituída por pessoas que se unem para prestar serviços entre si. Essas pessoas montam uma entidade ou instituição de propriedade conjunta (a cooperativa), que é controlada por todos, de maneira democrática. Os serviços podem ser de natureza econômica, financeira, social e educativa.

Para Bulgarelli (2000) e Valadares (2003) a cooperativa é o empreendimento econômico da propriedade e sob controle dos seus usuários, que realiza a intermediação dos interesses econômicos desses com o mercado, e que distribui benefícios e custos na razão da utilização que esses usuários-proprietários fazem dos serviços a eles disponibilizados.

Segundo Gawlak (2005), a cooperativa é uma organização de pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comum a todos, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades.

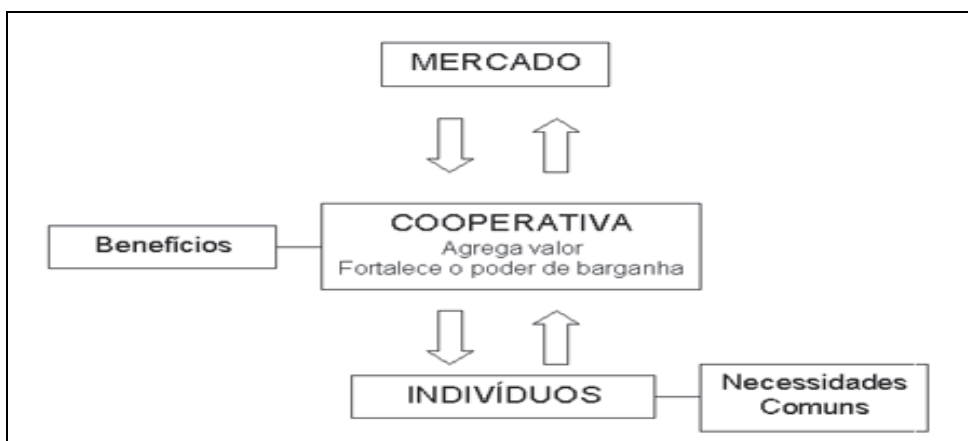


Figura 2: Funcionamento da cooperativa.

Fonte: www.sebraeminas.com.br, 2006.

Ao organizar uma cooperativa, busca-se melhorar a situação econômica de determinado grupo de indivíduos, solucionando problemas ou satisfazendo necessidades comuns, que excedam a capacidade de cada indivíduo satisfazer isoladamente. Assim, esquematicamente, pode-se representar essa relação como demonstrado, acima, na figura 2. A cooperativa é então, um meio para que um determinado grupo de indivíduos atinja objetivos específicos, fazendo uso de um acordo voluntário de cooperação recíproca.

Uma Cooperativa se diferencia de outros tipos de associações de pessoas por seu caráter essencialmente econômico. A sua finalidade é colocar os produtos e ou serviços de seus cooperados no mercado, em condições mais vantajosas do que os mesmos teriam isoladamente. Desse modo, a Cooperativa pode ser entendida como uma “empresa” que presta serviços aos seus cooperados.

As normas, que orientam como será o relacionamento entre a cooperativa e os cooperados e desses entre si, no âmbito da cooperativa, são conhecidas como Princípios do Cooperativismo. Embora sobre vários aspectos uma Cooperativa seja similar a outros tipos de empresas e associações, ela se diferencia daquelas na sua finalidade, na forma de propriedade e de controle, e na distribuição dos benefícios por ela gerados. Essas diferenças definem uma Cooperativa e explicam seu funcionamento.

A cooperativa é uma sociedade civil e ou comercial sem fins lucrativos e tem como principais finalidades: viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização; atuar no mercado gerando benefícios para os cooperantes; formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade, ainda tendo como filosofia a educação cooperativista e econômica dos seus associados, por meio da cooperação, da solidariedade humana, da confiança e da ajuda financeira mútuas, na economia sistemática e no uso adequado do crédito, procurando, ainda, por todos os meios, fomentar a expansão do cooperativismo (FRANCO E MARRA, 2000).

A cooperativa tem por objetivos sociais: 1) estimular o corpo social a realizar poupança sistemática de parte de seus ganhos e desenvolver programas de assistência financeira; 2) oferecer adequado atendimento aos associados e conceder crédito de forma adequada às necessidades do corpo social, procurando torná-lo independente de outras instituições financeiras; 3) prestar outros serviços, comumente praticados pelas instituições financeiras, desde que não sejam conflitantes com a normatização estabelecida pelas autoridades que disciplinam o funcionamento das cooperativas de crédito (ATTIE, 2009).

4 Descrevendo a Auditoria na Coopercret

A cooperativa possui diversos órgãos que a auditam, tais como o Sicob Central NE, sob duas formas: uma auditoria de balanço e outra operacional, que são realizadas anualmente e que são exigências do Banco Central do Brasil. Além do Sicob Central NE, participam também do processo de auditoria o Ministério do Trabalho e o Conselho Fiscal da Coopercret.

Como destacado por diversos autores, especialmente, Oliveira e Diniz Filho (2001), a auditoria das demonstrações contábeis tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação aos princípios e as Normas Brasileiras de Contabilidade. Dessa forma, pode-se verificar que a auditoria é um processo que visa à emissão de um parecer baseado em princípios e normas legais, a fim de garantir a adequada aplicação dos recursos econômicos e financeiros e, nesse sentido, pode-se afirmar que na empresa estudada os procedimentos adotados estão de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, mesmo não sendo intitulado como um processo de auditoria.

As principais áreas que são auditadas dentro da cooperativa são: setor dos controles internos, o departamento de contabilidade, o setor de pagamento, o setor de arquivamento e carteiras (tanto a de empréstimo como a de aplicação).

Presidente: “Sim, do nosso controle interno, somos auditados pela Sicoob NE. As áreas auditadas são: contabilidade, carteira de empréstimos, administração e etc.” Diretora Financeira: “Sim, os tipos de auditoria são: operacional e de balanço”. “Sim. Que são as auditorias de: 1 controle interno; 2 conselho fiscal; 3 operacional; e 4 de balanço. As áreas auditadas são: a) carteira de empréstimo (1, 2, 3, 4); b) carteira de aplicação (1, 2, 3, 4); c) contabilidade (1, 2, 3, 4); d) Setor de pagamento (1, 2, 3); Setor de arquivamento (1, 2)”

Contadora: “Sim, através de controles internos adotamos alguns controles de auditoria. Todas as áreas citadas são auditadas pelos órgãos de fiscalização citados anteriormente”

Controller: “Sim, que são as auditorias de: controle interno; conselho fiscal; operacional; e de balanço”

De acordo com Perez Junior (1998), o processo de auditoria pode ser utilizado em qualquer área de uma empresa, já que esta ferramenta tem como finalidade fazer um levantamento, um estudo e uma avaliação sistemática de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações contábeis de uma entidade, com o objetivo de fornecer aos seus usuários uma opinião imparcial e fundamentada em normas e princípios sobre a sua adequação.

Em relação à periodicidade das auditorias, tanto a auditoria interna como a externa é realizada anualmente. Isso se deve à questão de exigência do Banco Central, como também para analisar a veracidade das informações emitidas pela própria cooperativa.

Presidente: “Pelo conselho fiscal, a auditoria é realizada mensalmente; Já os controles internos a auditoria é feita diariamente; Já a auditoria externa é realizada, pelo menos, uma vez no ano”

Diretora Financeira: “Tanto a auditoria externa como a interna são realizadas anualmente”. “Em relação à auditoria externa, a periodicidade das auditorias é anual, através da central e dos auditores independentes. Já a auditoria interna, as frequências das auditorias são realizadas diariamente, semanalmente, mensalmente, bimestralmente”

Contadora: “As auditorias são anuais, tanto a de balanço como a operacional”

Controller: “A auditoria interna é realizada mensalmente, já a auditoria externa é realizada anualmente”

Franco e Marra (2000) e Attie (2009) classificam esse tipo de auditoria como do tipo periódica, que consiste em um programa que prevê visitas periódicas do auditor externo ou independente, a cada trimestre, semestre, ano ou outro período. Este tipo de auditoria é geralmente menos oneroso, além do que o controle de trabalho de auditoria é renovado ou repetido em intervalos regulares, de acordo com interesses mútuos, do cliente e do auditor.

Quanto aos papéis dos órgãos fiscalizadores nos resultados da COOPERCRET, foi constatado que os órgãos fiscalizadores exercem um papel fundamental, visto que têm o papel de

analisar os principais componentes que afetam o patrimônio da cooperativa.

Presidente: “Fundamentalmente eles tem o papel de orientador durante as auditorias, concluindo com os relatórios das irregularidades. A cooperativa tem um prazo determinado para a regularização”.

Diretora Financeira: “Após a emissão do parecer, o controle interno da Sicoob Central NE, ficará responsável de verificar o andamento das irregularidades para que estas possam ser sanadas”.

Contadora: “Após a auditoria, nós recebemos o parecer e os relatórios das irregularidades, onde consta um prazo para que essas irregularidades sejam sanadas. Após o prazo, o departamento de controle interno do Sicoob Central NE faz a verificação da regularização dos itens apontados pelo relatório da auditoria”.

Controller: “Depois de realizado o processo de auditoria e após emissão de um parecer, a cooperativa tem um prazo para sanar as irregularidades e o Sicoob Central NE fica responsável de verificar o andamento dessas irregularidades”.

Como previsto no Art. 44º da Lei nº 5.764 que aborda cooperativismo, a Assembléia Geral Ordinária que se realiza anualmente, nos 03 primeiros meses após o término do exercício social, delibera sobre os seguintes assuntos que envolvem a prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal: relatório da gestão, balanço, demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal. Além disso, verifica a destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Obrigatórios; a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal entre outros.

A organização utiliza diversos mecanismos, tais como relatórios contábeis, demonstrativos analíticos, para controle dos resultados econômico-financeiros e a responsabilidade por essa operação é da competência do controle interno, da contadora e também da diretoria financeira.

Presidente: “Sim, os controles são efetuadas pela analista de crédito, pela gerência e diretoria financeira”.

Diretora Financeira: “Sim, que são: 1º os relatórios contábeis e demonstrativos analíticos, onde o responsável é a contadora e a diretoria financeira; 2º Relatório do risco da análise quantitativa e qualitativa do risco da COOPERCRET, onde o responsável é o controle interno e a diretoria financeira”.

Contadora: “A cooperativa utiliza controles estabelecidos por normativos internos do Sicoob Central NE e tem como responsável Bruna Roque, que é a atual agente de controles internos”.

Controller: “Sim. Que são: 1º controles internos, onde o responsável é Bruna Roque, onde analisa os dados quantitativos de risco que corresponde 70% e também os dados qualitativos que corresponde 30%”.

De acordo com Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que trata da Política Nacional de Cooperativismo, em seu inciso V, o modo de administração e fiscalização de uma cooperativa deve estabelecer seus respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais.

Também em seu Art. 56º está previsto que a administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 03 membros efetivos e 03 suplentes, todos associados eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Finalmente, foi possível verificar que os gestores da Cooperativa (Presidente, Diretor, Contador e *Controller*) reconhecem os benefícios provocados pelas auditorias interna e externa, uma vez que todos os entrevistados apontaram os indicadores apresentados no quadro abaixo como fundamentais e imprescindíveis para o alcance dos resultados organizacionais. A utilização dessas ferramentas permite uma visão sistêmica do comportamento e desempenho organizacional, principalmente em relação aos aspectos econômico-financeiros.

Aspectos analisados
Fiscalizar a eficiência dos controles internos
Opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis.
Assegurar maior correção dos registros contábeis.
Dificultar desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos.
Possibilitar a apuração de omissão nos registros das receitas e nos recebimentos.
Oferecer informações sobre a situação econômica, patrimonial e financeira da empresa.
Apontar falhas na organização administrativa da empresa.
Contribuir para a solução dessas falhas.
Emitir um parecer, afirmando se as normas adotadas pela empresa estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)
Analisar a veracidade das informações

Quadro 1: Benefícios da Auditoria

Fonte: Dados da Pesquisa, 2006.

Como ressaltado por Panegalli (2006), o processo de auditoria traz benefícios significativos à organização, principalmente, no que se refere à eliminação de desperdícios de recursos, à otimização dos resultados, às recomendações sobre possíveis melhorias e ações que devem ser tomadas, ao conhecimento de possíveis irregularidades na empresa e sua conseqüente adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

Além do que, como apontado por Sá (2002) e Perez Junior (1998), a auditoria pode ser definida como o levantamento, o estudo e avaliação sistemática de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações contábeis de uma entidade, com o objetivo de fornecer aos seus usuários uma opinião imparcial e fundamentada em normas e princípios sobre a sua adequação.

5 Considerações Finais

A auditoria é uma ferramenta de suma importância para as organizações, uma vez que ajuda a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, apoiar a gestão e transmitir informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas. Neste sentido, tem-se per-

cebido que muitas organizações estão investindo na implantação de mecanismos que objetivam fazer uso desse instrumento como uma garantia de manter a qualidade de suas atividades.

Assim, como o objetivo geral desta pesquisa foi verificar a influência da auditoria, por meio da aplicação dos mecanismos e instrumentos, nos resultados da cooperativa de crédito de uma Instituição Federal de Ensino Tecnológico – COOPERCRET -, foi possível constatar que essa cooperativa, além de utilizar os procedimentos de auditoria, tanto interna como externa, reconhece que esse procedimento é um recurso adequado para garantir a eficiência e eficácia dos seus resultados. A prática da auditoria é, hoje, um recurso utilizado pelos gestores, os quais estão conscientes das vantagens e dos benefícios oriundos da sua aplicabilidade. Principalmente, no que se refere ao alcance dos resultados organizacionais.

Os mecanismos de controle econômico-financeiro usado pela COOPERCRET estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, destacando que a prática da auditoria vem garantindo um controle de suas ações, receitas e patrimônio líquido, assim como a probabilidade de certeza para o sucesso e sobrevivência, superando a existência de forças externas que poderiam influenciar o desempenho da empresa.

Nesse sentido, este estudo proporcionou à organização um aprofundamento nos aspectos conceituais sobre auditoria e sua influência no contexto organizacional, através do controle das informações contábeis e da sua aplicabilidade nos processos de tomada de decisão, ratificando a importância e influência da auditoria, através da aplicação dos mecanismos e instrumentos, nos resultados da cooperativa estudada.

Finalmente, cabe salientar que os padrões de eficiência e eficácia das auditorias impostas à COOPERCRET permitem viabilizar e desenvolver as atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização, atuando no mercado e gerando benefícios para todos os que formam a cooperativa. Além disso, as exigências deste procedimento têm garantido a formação e capacitação dos seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade, tendo como filosofia a educação cooperativista e econômica dos seus associados, por intermédio da cooperação, da solidariedade humana, da confiança e da ajuda financeira mútuas, na economia sistemática e no uso adequado do crédito, procurando, ainda, por todos os meios, fomentar a expansão do cooperativismo.

1. Por fim, é necessário afirmar que os mecanismos e procedimentos da auditoria têm influenciado os resultados da Cooperativa de crédito da Instituição Federal de Ensino Tecnológico – CEFET-PB, na medida em que tem promovido melhoria da situação econômica dos seus servidores, solucionando problemas ou satisfazendo necessidades comuns, que excedam a capacidade de cada indivíduo satisfazer isoladamente. A Cooperativa tem sido então, um meio para que esses indivíduos atinjam objetivos específicos, através de um acordo voluntário para cooperação recíproca.

Referências

ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BULGARELLI, W. **Sociedades Comerciais**: Sociedades Cívis e Sociedades Cooperativas. 9. ed. Atlas, 2000.

- FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria e relatórios de auditoria**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- GAWLAK, A. **Cooperativismo Primeiras Lições**. 2. ed. Brasília: SESCOOP, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JUND, S. **Auditoria: conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 550 questões**. Rio de Janeiro: Impetus, 2001.
- MAGALHÃES, A. D. F. ; LUNKES, I. C. ; MULLER, A. N. **Auditoria das Organizações**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARCONI, M de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MELLO, A. de O. **Auditoria interna**. 2002. Disponível em: <<http://www.auditoriainterna.com.br>>. Acessado em: 08.08.2006.
- MIGLIAVACCA, P. N. **Controle Internos nas Organizações**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- OLIVEIRA, L. M. de; DINIZ FILHO, A. **Curso básico de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2001.
- PANEGALLI, J. C. **Auditoria contábil: vantagens efetivas quando utilizada habitualmente nas empresas**. Disponível em: http://www.pace.com.br/PACE_auditoria.htm . Acessado em: 15.08.2006.
- PEREZ JUNIOR, J. H. **Auditoria de Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos**. São Paulo: Atlas, 1998.
- POLONIO, W. A. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SA, A. L. de. **Curso de auditoria**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- VALADARES, J. H. **Cooperativismo: Lições para a nossa prática**. 1. ed. Brasília: SESCOOP, 2003.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2003.